

**Mapeamento indica atenção principalmente para trigo, soja e milho, de primeira safra, no Sul e café no Sudeste, e sinaliza a transferência de risco como essencial para sustentar a liquidez e o crédito no campo.**

A [Aon plc \(NYSE: AON\)](#), líder global em serviços profissionais, aponta em seu relatório Climate Risk - El Niño Outlook for Brazil, que o impacto do fenômeno El Niño na safra brasileira 2026/27 não deve ser lido de maneira nacional, como um evento homogêneo, mas sim como um cenário de riscos altamente diverso, variando significativamente conforme a região e calendário de cada cultivo. O Sul do país aparece como a principal frente de exposição, especialmente para trigo, milho de primeira safra e soja, enquanto o Centro-Oeste pode apresentar condições mais favoráveis para algumas lavouras.

De acordo com as projeções do Centro de Previsão Climática e Administração Oceânica e Atmosférica (CPC/NOAA), o fenômeno deve se estender até abril de 2027, com 95% de chance de atingir seu pico, na categoria de “Super El Niño”, entre outubro e dezembro de 2026.

O trigo desponta como a lavoura de maior risco imediato para a rentabilidade no curto prazo. A fase crítica de colheita no Sul, região responsável por cerca de 80% da produção nacional, estimada em 7,54 milhões de toneladas, coincide exatamente com o pico de intensidade do fenômeno, no quarto trimestre deste ano. O excesso de umidade previsto para esse período eleva o risco de germinação pré-colheita, perda do valor comercial e surtos severos de doenças fúngicas, comprometendo a receita do triticulor. O histórico reforça o alerta: durante o Super El Niño de 2015/16, o trigo registrou o maior volume anual de perdas da série histórica do seguro do grão, com frequência e severidade dos sinistros concentradas no Rio Grande do Sul. A região também somas mais de 110 dos 220 eventos de perdas registrados entre 2000 e 2021.

A cafeicultura no Sudeste, região que lidera a produção do Brasil, o maior produtor e exportador mundial da commodity, também entra em zona de forte atenção. O relatório aponta que eventos de El Niño de moderados a fortes tendem a provocar ondas de calor e alterações no padrão de precipitações entre o último trimestre do ano e o início de 2027. Em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, o estresse térmico e hídrico em fases sensíveis da floração e do enchimento dos grãos pode comprometer o rendimento das lavouras de café. O histórico analisado pelo estudo revela que episódios anteriores de seca e calor severo causaram quedas de 20% a 30% na produção em relação ao ciclo anterior em diversos municípios, gerando perdas de receita superiores a R\$ 1 bilhão em algumas temporadas.

Em contrapartida, a soja apresenta uma dinâmica de compensação regional para o país. Embora os produtores do Rio Grande do Sul enfrentem maior exposição ao encharcamento entre outubro de 2026 e fevereiro de 2027, a tendência para o Centro-Oeste, impulsionada pelo estado do Mato Grosso (responsável por 30% da produção nacional), é de chuvas de verão mais regulares. Essa estabilidade ao longo dos últimos três meses de 2026 e do primeiro trimestre de 2027 reduz o risco de seca severa e tende a sustentar a produtividade média nacional do principal produto da pauta exportadora brasileira.

A leitura do calendário também traz diferentes momentos do milho. O de primeira safra no Sul, apresenta uma janela de risco relevante, tendo sua fase de floração exposta ao pico de instabilidades e tempestades de granizo entre novembro de 2026 e janeiro de 2027. Já segunda safra ou a safrinha, como é conhecida, responsável por aproximadamente 80% da produção nacional deve escapar dos piores efeitos, com a fase reprodutiva mais sensível ocorrendo entre abril e maio de 2027, momento em que o El Niño está em processo de dissipação.

Em termos de exposição financeira, a alocação de recursos também é relevante. Soja e milho de primeira safra, classificados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) na categoria de grãos de verão, concentraram aproximadamente R\$ 525 milhões em subsídios em 2024, o equivalente a 55% do orçamento total do programa. O dado ajuda a dimensionar a relevância de uma análise regional do evento: tais perdas não dependem apenas da intensidade do fenômeno, mas de onde estão concentradas as carteiras seguradas, quais lavouras estão

protegidas e em que estágio de desenvolvimento elas se encontram quando o risco climático se materializa.

“Os impactos do clima já não se limitam à operação agrícola. Eles afetam liquidez, capacidade de financiamento e criação de valor ao longo de toda a cadeia. Por isso, a gestão moderna do risco climático exige uma abordagem que combine inteligência analítica, transferência de risco e acesso a novas fontes de capital, permitindo que empresas, instituições financeiras e participantes do mercado preservem seus balanços e mantenham sua capacidade de crescimento mesmo diante de cenários extremos”, diz Beatriz Protásio, CEO para Resseguros da Aon no Brasil.

Paralelamente aos impactos na produção do Centro-Sul, o relatório também faz um alerta para a infraestrutura e a produtividade no Norte e Nordeste. O fenômeno amplia os períodos de estiagem de junho a março e pode elevar a incidência de queimadas em até 40% em relação à média histórica, gerando um estresse hidrológico que exige atenção para os níveis dos rios navegáveis e o escoamento de grãos pelo Arco Norte. No âmbito produtivo regional, o histórico do estudo mostra que a seca em Rondônia já provocou perdas de 15% a 25% na produção de café e milho nos municípios mais afetados, enquanto em episódios severos no semiárido nordestino, a produção de lavouras de sequeiro chegou a registrar quedas de 30% a 50% em relação à média dos cinco anos anteriores.

“Já existem ferramentas no mercado, como soluções paramétricas, que são capazes de responder a eventos climáticos específicos, proporcionando maior previsibilidade e rapidez no pagamento das indenizações. O caminho mais eficiente não é buscar uma única cobertura, mas construir uma estratégia de resiliência climática”, explica a Protásio.

O estudo também ressalta a importância do planejamento de longo prazo: como episódios de "Super El Niño" são historicamente sucedidos por eventos de La Niña, a estruturação de programas plurianuais de proteção se torna essencial para antecipar o risco de seca no Centro-Oeste a partir da safra 2027/28.

O histórico recente mostra a dimensão que eventos climáticos podem assumir. “O El Niño de 2023/24 foi apontado como o principal fator atmosférico associado às enchentes catastróficas que atingiram o Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024. As perdas econômicas foram estimadas em aproximadamente R\$ 75 bilhões. O clima deixou de ser uma preocupação “distante” e passou a influenciar diretamente decisões técnicas e alocação de capital”, afirma a especialista.

#### **Entre as principais ações recomendadas pelo relatório da Aon estão:**

- **Revisar** a concentração de exposição no Sul do Brasil em trigo, milho de primeira safra e soja;
- **Monitorar** a ocorrência de chuvas acima da média entre outubro de 2026 e fevereiro de 2027;
- **Avaliar** as acumulações por estado, produto e estágio de desenvolvimento das lavouras;
- **Realizar testes de estresse** para cenários de perdas simultâneas no Sul do Brasil;
- **Utilizar os indicadores de ENSO** como sinal complementar de alerta antecipado, e não como gatilho isolado para decisões de subscrição.

Diante do cenário projetado para 2026/27, antecipar onde e quando os efeitos do El Niño poderão se concentrar permite que o mercado ajuste estratégias de proteção antes que o sinal climático se transforme em uma acumulação de sinistros. O desafio, portanto, não é apenas prever o fenômeno, mas traduzir o sinal climático em risco financeiro e operacional para toda a cadeia do agronegócio.

**Fonte:** Aon/FSB, em 09.09.2026.